

SESSENTA ANOS SEM JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: DIREITOS HUMANOS, ESTADO DE EXCEÇÃO E ESQUECIMENTO NO BRASIL

SESENTA AÑOS SIN JUSTICIA TRANSICIONAL:
DERECHOS HUMANOS, ESTADO DE EXCEPCIÓN Y OLVIDO EN BRASIL

SIXTY YEARS WITHOUT TRANSITIONAL JUSTICE:
HUMAN RIGHTS, STATE OF EXCEPTION AND OBLIVION IN BRAZIL

João Ricardo Dornelles⁴⁶

Resumo: Há sessenta anos o Brasil vivia um clima de conflito, com setores conservadores das classes médias e altas conspirando contra o Estado Democrático de Direito e preparando o ambiente político para que as forças armadas rompessem com a ordem constitucional e instalassem uma ditadura civil-militar. Nos vinte e um anos seguintes o regime de exceção violou sistematicamente os direitos humanos, produzindo uma quantidade enorme de vítimas. O golpe contra as liberdades democráticas significou a perseguição a todas as formas de oposição e a instauração de um modelo de modernização conservadora. Sessenta anos depois o legado da ditadura ainda está presente na sociedade brasileira. Sujeitos políticos, agentes econômicos - nacionais e internacionais – e práticas sociopolíticas autoritárias e violentas continuam assombrando o Brasil de hoje. Em 2016 o Brasil viveu uma nova ruptura da ordem democrática, através do *lawfare*, com o golpe que afastou a Presidenta Dilma Rousseff, levou à prisão o Presidente Lula e acabou abrindo caminho para a fascistização da sociedade brasileira e a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro. A herança do golpe de 1964 se encontra presente nas práticas políticas contemporâneas e reproduz a lógica do estado de exceção, atingindo diretamente todas conquistas de direitos realizadas nos breves períodos democráticos. Mesmo com a derrota eleitoral do fascismo em 2022, as ameaças não terminaram, como foi visto com a intentona fascista

47 Professor do Departamento de Direito da PUC-Rio; Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio; Membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (2013-2016); membro do Instituto Joaquín Herrera Flores – América Latina; membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD); membro do Coletivo Fernando Santa Cruz.

de 8 de janeiro de 2023 e a contínua ameaça por parte das forças de extrema-direita que se mantêm organizadas e atuantes na nossa sociedade. Da mesma forma que a partir do golpe de 1964, o período inaugurado em 2016 e aprofundado com o governo Bolsonaro, tem como uma das suas principais características as práticas de barbárie com a perpetração de graves violações de direitos humanos. Existe uma ponte que liga os acontecimentos de 60 anos atrás com a conjuntura do presente. Essa realidade apresenta, mais uma vez, a importância da Justiça de Transição, através dos seus mecanismos de direito à memória, verdade, justiça e reparação. As marcas que definiram os limites do processo da democratização ainda estão presentes, o esquecimento, práticas autoritárias e violadoras dos direitos humanos, sem justiça de transição, sem políticas de memória e verdade em relação ao período ditatorial.

Palavras-chave: Golpe militar. Direitos humanos; Justiça de transição. Memória verdade.

Resumen: Hace sesenta años, Brasil experimentó un clima de conflicto, con sectores conservadores de las clases media y alta conspirando contra el Estado Democrático de Derecho y preparando el ambiente político para que las fuerzas armadas rompieran con el orden constitucional e instalaran una dictadura cívico-militar. Durante los siguientes veintiún años, el régimen de excepción violó sistemáticamente los derechos humanos y produjo un gran número de víctimas. El golpe a las libertades democráticas significó la persecución de todas las formas de oposición y el establecimiento de un modelo de modernización conservadora. Sesenta años después, el legado de la dictadura sigue presente en la sociedad brasileña. Los sujetos políticos, los agentes económicos -nacionales e internacionales- y las prácticas sociopolíticas autoritarias y violentas siguen atormentando al Brasil de hoy. En 2016, Brasil vivió una nueva ruptura del orden democrático, a través del *lawfare*, con el golpe que destituyó a la presidenta Dilma Rousseff, condujo al arresto del presidente Lula y terminó allanando el camino para la fascistización de la sociedad brasileña y la elección, en 2018, de Jair Bolsonaro. El legado del golpe de 1964 está presente en las prácticas políticas contemporáneas y reproduce la lógica del estado de excepción, afectando directamente todos los logros en materia de derechos alcanzados en breves períodos democráticos. Incluso con la derrota electoral del fascismo en 2022, las amenazas no terminaron, como se vio con el intento fascista del 8 de enero de 2023 y la amenaza continua de las fuerzas de extrema derecha que siguen organizadas y activas en nuestra sociedad. De la misma manera que después del golpe de 1964, el período que comenzó en 2016 y se profundizó con el gobierno de Bolsonaro, tiene como una de sus principales características las prácticas de barbarie con la perpetración de graves violaciones a los derechos humanos. Hay un puente que conecta los acontecimientos de hace 60 años con la situación actual. Esta realidad presenta, una vez más, la importancia de la Justicia Transicional, a través de sus mecanismos de derecho a la memoria, la verdad, la justicia y la reparación. Siguen presentes las marcas que definieron los límites del proceso de democratización, el olvido, prácticas autoritarias violatorias de los derechos humanos, sin justicia transicional, sin política de memoria y verdad en relación al período dictatorial.

Palabras clave: Golpe militar. Derechos humanos. Justicia transicional. Memoria. Verdad.

Abstract: Sixty years ago, Brazil experienced a climate of conflict, with conservative sectors of the middle and upper classes conspiring against the Democratic Rule of Law and preparing the political environment for the armed forces to break with the constitutional order and install a civil-military dictatorship. Over the next twenty-one years, the exceptional regime systematically violated human rights, producing a huge number of victims. The blow against democratic freedoms meant the persecution of all forms of opposition and the establishment of a model

of conservative modernization. Sixty years later, the legacy of the dictatorship is still present in Brazilian society. Political subjects, economic agents - national and international - and authoritarian and violent sociopolitical practices continue to haunt Brazil today. In 2016, Brazil experienced a new rupture in the democratic order, through lawfare, with the coup that removed President Dilma Rousseff, led to President Lula's arrest and ended up paving the way for the fascistization of Brazilian society and the election, in 2018, by Jair Bolsonaro. The legacy of the 1964 coup is present in contemporary political practices and reproduces the logic of the state of exception, directly affecting all rights achievements made in brief democratic periods. Even with the electoral defeat of fascism in 2022, the threats did not end, as seen with the fascist attempt on January 8, 2023 and the continued threat from far-right forces that remain organized and active in our society. In the same way as after the 1964 coup, the period that began in 2016 and deepened with the Bolsonaro government, has as one of its main characteristics the barbaric practices with the perpetration of serious human rights violations. There is a bridge that connects the events of 60 years ago with the current situation. This reality presents, once again, the importance of Transitional Justice, through its mechanisms of the right to memory, truth, justice and reparation. The marks that defined the limits of the democratization process are still present, forgetfulness, authoritarian practices that violate human rights, no transitional justice, no policies of memory and truth in relation to the dictatorial period.

Keywords: Military Coup. Human rights. Transitional Justice.; Memory. True.

"Não há justiça sem memória da injustiça".⁴⁸

ANTECEDENTES DO GOLPE DE 1964

Nos primeiros anos da década de sessenta do século passado o Brasil vivia um clima de conflito, com as classes dominantes e segmentos conservadores das classes médias vendo inimigos comunistas por todos os lados e imaginando que o país se transformaria em uma enorme Cuba.

A histeria tomava conta da tradicional, pacata, conservadora e moralista família brasileira. As classes dominantes, composta pela burguesia urbana e latifundiários, estavam furiosas pela existência de um governo que prometia algumas reformas e uma distribuição um pouco mais justa da riqueza nacional. Existe alguma semelhança entre o que viveu o governo Jango com o que aconteceu nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) e se repete agora com o terceiro governo Lula?

Essa histeria vinha de longe, desde o pós-guerra, ganhando cores e alarido mais estridente e turbulento em 1950 com a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República, chegando ao ponto culminante em agosto de 1954, quando as forças retrógradas do golpismo já preparavam a derrubada do mandatário da nação, democraticamente escolhido pela população brasileira.

O golpe militar de 1964 não foi um ato isolado no tempo. É necessário retroceder aos acontecimentos dos vinte anos anteriores para entender as causas geopolíticas e econômicas que desembocaram nos eventos da madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964.

Para a compreensão mais precisa do que representam os 60 anos do golpe que instaurou uma longa ditadura de 21 anos, dos seus impactos na época e as suas repercussões nos dias atuais, é interessante fazer uma pequena retrospectiva apontando os antecedentes da

⁴⁸ MATE, Reyes. Fundamentos de una filosofía de la memoria. In: RUIZ, Castor Bartolomé (org.). *Justiça e memória: Para uma crítica ética da violência*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2009.

conjuntura nacional e internacional que levaram à derrubada de um governo democrático legítimo e o início de um período de terror.

Sessenta anos depois o legado da ditadura ainda está presente na sociedade brasileira.⁴⁹ Sujeitos políticos, agentes econômicos - nacionais e internacionais – e práticas sociopolíticas autoritárias e violentas ainda assombram o Brasil. Marcas que definiram os limites do processo da democratização inconclusa, a reprodução das políticas de esquecimento, através de mecanismos de uma permanente revolução passiva⁵⁰, mantendo estruturas, práticas e lógicas autoritárias e violadoras dos direitos humanos, a partir de uma transição democrática sem justiça transicional, sem políticas de memória e verdade em relação ao período ditatorial.⁵¹

Os antecedentes do golpe de 1964 remetem à uma breve análise dos anos finais da Segunda Guerra Mundial e o cenário do pós-guerra.

A partir de 1943, principalmente após a vitória do Exército Vermelho sobre as tropas invasoras nazistas na longa batalha de Stalingrado, a previsão de derrota do nazifascismo teve influência direta sobre a conjuntura política no Brasil, inclusive levando ao envio de tropas brasileiras para o terreno da guerra na Europa. Uma das consequências internas foi a dissolução do conteúdo da ditadura do Estado Novo.

A derrota militar do nazifascismo e a participação dos pracinhas brasileiros nos campos de batalha impulsionaram a campanha pela democratização no Brasil, abrindo um novo cenário político e econômico que levou à uma transição democrática controlada, o afastamento de Vargas e a convocação de uma Constituinte.

Em dezembro de 1945 foram realizadas eleições gerais para eleger o Presidente da República e o Congresso Nacional com poderes constituintes. Foi o início de uma nova etapa na vida nacional, com a institucionalização de uma democracia liberal representativa.⁵²

49 Ver o livro *O que resta da ditadura. A exceção brasileira*, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle e publicado, em 2010, pela Editora Boitempo.

50 O conceito de Revolução Passiva foi construído por Antonio Gramsci para se referir ao processo de modernização sem ruptura com a essência da ordem anterior, presente no Risorgimento, a unificação italiana no final do século XIX. Ver Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 14ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

51 Os mecanismos da justiça de transição foram sendo conquistados em ritmo extremamente lento, reproduzindo a tradição conciliatória da história política brasileira, onde prevalece o esquecimento, a tutela militar, o “virar a página do passado”, com características de Revolução Passiva. Vale a pena indicar o romance de “*Il Gattopardo*” (O Leopardo), de Giuseppe di Lampedusa, com versão cinematográfica genial de Luchino Visconti.

52 Em 1945, com o fim da ditadura do Estado Novo e a democratização, foram organizados novos partidos políticos: 1). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era a nova organização partidária que tinha como base os sindicatos de trabalhadores criados por Vargas com uma política de concessões de direitos sociais e de luta pela soberania nacional e o desenvolvimento autônomo e independente do capitalismo internacional. Getúlio Vargas foi o seu fundador e o seu presidente de honra; 2). O Partido Social-Democrático (PSD), também fundado sob a influência de Vargas, representava a burocracia estatal e as antigas oligarquias rurais, os tradicionais grupos da burguesia agrária, industriais e comerciantes que se beneficiaram no primeiro impulso de industrialização da era Vargas. O PSD refletia uma política conservadora, resquício dos antigos Partidos Republicanos regionais; 3). A União Democrática Nacional (UDN), que se organizou em São Paulo, a partir de 1944, como um movimento político de oposição ao governo Vargas, composto inicialmente por intelectuais liberais e segmentos de parte da centro-esquerda não comunista. Logo a UDN recebeu a adesão de segmentos majoritários da burguesia industrial e financeira ligada ao grande capital internacional e que se opunham à intervenção estatal na economia e ao modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo nacional, autônomo e independente. No início coexistiram duas correntes dentro da UDN, os seus fundadores de centro-esquerda e a direita. A ala direitista dominou o partido e parte da centro-esquerda formou a Esquerda Democrática rompendo como partido e fundando o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A UDN passou a representar as aspirações da burguesia brasileira, industrial e financeira, atreladas com os interesses do grande capital internacional; 4). O Partido Comunista do Brasil (PCB) voltou à legalidade. Com a decretação da anistia em abril de 1945 e a libertação de Luiz Carlos Prestes, eleito seu Secretário-Geral, o partido saiu de duas décadas de clandestinidade, voltando à legalidade – que durou até 1947. A partir de 1943, por orientação da IIIa. Internacional, o PCB assumiu a industrialização como luta revolucionária e a União Nacional em torno de Vargas como forma de transição para o fim do Estado Novo. Ao lado do PTB participou da campanha “queremista” e passou a defender a convocação da “Constituinte com Getúlio”. Adotou a linha da “ordem e tranquilidade” para garantir a democracia. Buscou se transformar em um amplo partido de massas, democrático e popular. Ainda em 1945 contava com mais de 60 mil membros. Existiam

A permanência de Vargas seria a continuidade de uma política econômica nacionalista, voltada ao incremento do capital industrial interno e, portanto, à manutenção do modelo de desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, confrontando os interesses do grande capital industrial e financeiro internacional, especialmente o estadunidense, cujos agentes internos encontravam-se na UDN, em parte das forças armadas e na grande imprensa.

Para as eleições gerais, a UDN lançou o Brigadeiro Eduardo Gomes, representante do setor mais reacionário das forças armadas e da grande burguesia ligada aos interesses do capitalismo internacional. O PTB e o PSD lançaram o General Eurico Gaspar Dutra, que representaria o “continuismo sem Vargas”. O PCB lançou um candidato civil, o engenheiro Iedo Fiúza.

A eleição foi vencida pelo General Dutra com cerca de 55% dos votos, seguido de Eduardo Gomes com cerca de 35% e de Iedo Fiúza com 10% do total.

O Congresso Nacional⁵³, assumindo como Constituinte, redigiu a nova Constituição da República, aprovada em setembro de 1946.⁵⁴

O período de democratização, entre 1945 e 1964, foi marcado por uma intensa luta política expressando no plano interno as contradições e os grandes conflitos políticos e ideológicos do pós-guerra, com o início da guerra fria e a reorganização do capitalismo mundial através dos processos de transnacionalização do capital.

No plano externo, o final da Segunda Guerra Mundial significou o surgimento de uma nova ordem internacional fundada em dois blocos geopolíticos em disputa. Por um lado, o bloco capitalista hegemônico pelos Estados Unidos da América e, por outro, o bloco socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A disputa hegemônica entre estes blocos conviveu, a partir da Conferência de Bandung de 1955, com o bloco dos países não alinhados, um terceiro bloco que buscava manter uma relativa autonomia na polarização mundial. Aquele cenário mundial inaugurou a chamada Guerra Fria, marcando os embates políticos em todos os países do mundo, muitas vezes com conflitos violentos, guerras civis e golpes de Estado.

A América Latina foi um dos principais palcos dessa disputa, com a derrubada de governos democráticos e a instauração de violentas ditaduras militares financiadas e apoiadas pelos Estados Unidos.⁵⁵ O pretexto era o do combate ao comunismo e a se fundamentava na doutrina de segurança nacional.

Em 1949, no ambiente da Guerra Fria, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada no National War College dos Estados Unidos. A ESG seguia os conceitos estratégicos da geopolítica estadunidense, colocando o Brasil na órbita do bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Essa definição afirmava a posição periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho.

outros partidos sem expressão nacional, valendo lembrar o Partido Social Progressista, de Ademar de Barros, que se transformou em uma vertente do populismo de direita em São Paulo.

53 A grande novidade na composição do Congresso eleito era a presença, pela primeira vez, da representação parlamentar do PCB, que passara vinte anos na clandestinidade e que se encontrava na legalidade há menos de um ano. Sua bancada era composta de 15 deputados federais, eleitos pelo Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, e um senador (Luiz Carlos Prestes), eleito pelo Rio de Janeiro. Algumas propostas dos parlamentares comunistas eram inovadoras como a eleição pelo povo de parte dos juizes de direito.

54 A Constituição Liberal de 1946 não impediu a prática de atos antidemocráticos durante o governo Dutra: jornais fechados por defender posições de esquerda, cidadãos presos sob acusação de subversão, o PCB foi colocado na ilegalidade e os seus parlamentares tiveram os seus mandatos cassados, proibiu-se comícios de trabalhadores, sindicatos sofreram intervenção. O governo Dutra recolocou em vigência a Lei de Segurança Nacional. As relações diplomáticas com a União Soviética, estabelecidas dois anos antes, foram cortadas em 1947. O clima da guerra fria estava presente no Brasil da democratização de 1946.

55 Diversas intervenções violentas dos Estados Unidos ocorreram na América Latina, a começar pela derrubada pela CIA, em 1954, do governo guatemalteco do Presidente Jacobo Árbenz Guzmán. A partir da Revolução Cubana, em 1959, aprofundou-se na região as ações golpistas dos Estados Unidos.

Nas eleições gerais de 1950 a candidatura de Getúlio Vargas para a Presidência da República percorreu todo o país levantando a bandeira do desenvolvimentismo e da soberania nacional, com a questão do petróleo tendo um papel de destaque.⁵⁶

A campanha de Vargas contagiou amplas massas populares com as pautas do desenvolvimento e da independência econômica nacional, a nacionalização das riquezas do subsolo, a necessidade de voltar à política de industrialização e geração de empregos, os programas de reforma social, a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores, como também a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores do campo. A implementação do programa de reformas sociais ficaria sob responsabilidade de João Goulart (Jango).

Os brasileiros deram a vitória a Getúlio Vargas para o mandato de 1950-1954. O resultado do pleito foi questionado pela UDN, especialmente pelo deputado federal Aliomar Baleeiro e pelo jornalista Carlos Lacerda, sob o argumento de que o candidato vitorioso deveria contar com maioria absoluta dos votos. Os generais Estillac Leal (presidente do Clube Militar) e Zenóbio da Costa vieram à público para reconhecer a vitória de Vargas.

Para implementar as políticas trabalhistas, Vargas nomeou João Goulart (Jango) para o Ministério do Trabalho. Uma das suas primeiras medidas foi a fixação do salário mínimo.

A imprensa mais reacionária, com Carlos Lacerda à frente, fazia uma truculenta oposição ao governo Vargas e ao seu Ministro do Trabalho. A direita exigia o afastamento de Jango e a deposição de Vargas. A ameaça de golpe por parte dos militares era constante.

O “Manifesto dos Coronéis”, assinado por 82 coronéis alto oficiais, foi redigido pelo então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva. Dentre os signatários destacavam-se nomes que posteriormente tiveram papel central no golpe de 1964 como Syseno Sarmiento, Antônio Carlos da Silva Muricy, Sílvio Frota, Ednardo DÁvila Mello, Carlos Amaury Kruehl. O resultado da campanha foi a destituição de Jango.

As políticas adotadas por Vargas, como a fixação do salário mínimo, a criação da Petrobrás, a criação do Fundo Nacional de Eletrificação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Eletrobrás desagradaram ao governo dos Estados Unidos e a burguesia brasileira ligada aos interesses do capital internacional, tendo a UDN e a maior parte da imprensa como seus porta-vozes políticos. O golpe estava em marcha e em junho de 1954 a UDN pede o impeachment do Presidente Vargas, sob acusação de corrupção e o encobrimento de atos criminosos por parte dos membros de seu governo. O pedido é rejeitado na Câmara do Deputados por 136 votos contra o impeachment e 35 a favor.

O cenário se agravou na madrugada de 5 de agosto de 1954, aumentando a crise e o isolamento do governo. O jornalista reacionário Carlos Lacerda sofreu um atentado, levando à morte o seu segurança, major Rubens Vaz. Um grupo de oficiais golpistas da Aeronáutica tomou para si as investigações, passando por cima da competência da polícia civil. Foi a chamada “República do Galeão”, que atuava ao arremedo da lei na busca dos responsáveis pelo crime que, para eles, deveria chegar ao Presidente da República.

No dia 8 de agosto o chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, confessa que fora o mandante do crime. A UDN, os setores reacionários das forças armadas e a imprensa golpista exigem a renúncia de Vargas.

Na madrugada de 24 de agosto de 1954, o Presidente Getúlio Vargas, sob forte pressão e já com o golpe de Estado em marcha, comete o suicídio com um tiro no peito. A consequência

⁵⁶ Desde o seu primeiro período de governo Vargas dera início à exploração de petróleo na Bahia. A submissão do governo Dutra ao capitalismo estadunidense e a sua política de desindustrialização nacional não deu atenção à exploração do petróleo no país. Antes mesmo das eleições de 1950 iniciou-se uma grande campanha sob o lema “O Petróleo é Nosso”, levada adiante por Vargas. Em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas sancionou a Lei 2004/53 que tratou sobre a política nacional do petróleo, criando a Petrobrás. Estabeleceu o monopólio estatal na exploração, produção, refino e transporte do petróleo no Brasil.

do desfecho trágico foi a revolta popular e o adiamento, por dez anos, do golpe militar que colocaria no poder as forças políticas e econômicas contrárias ao desenvolvimento nacional soberano e aos interesses do povo brasileiro.

A história não é apenas uma sucessão de acontecimentos sem sentido político, é resultado da ação política dos seres humanos, sujeitos coletivos que podem mudar o seu rumo, como ocorreu com o disparo que tirou Vargas da vida e o colocou na história. A ação humana adiou por dez anos o golpe anunciado pela direita em 1954. Isso não significou, no entanto, que a conspiração tenha cessado. Ao contrário, não apenas continuou, como foi refinando as suas táticas e práticas, buscando ampliar a sua base de apoio, organizando instituições da sociedade civil com o objetivo de criar um senso comum favorável ao golpe.

Apesar do freio na conjuntura golpista, a morte de Vargas não foi suficiente para fazer cessar a conspiração. Em nenhum momento daqueles quase dez anos que vão da morte de Getúlio à derrubada de Jango a direita ligada aos interesses do capitalismo internacional deixou de conspirar e preparar o golpe. Na verdade, apenas por um curto período, em 1961, com a vitória de Jânio Quadros, a direita, os conservadores, os reacionários, os conspiradores respiraram aliviados. É verdade que o alívio das elites conservadoras durou pouco tempo, já que em 25 de agosto (mais uma vez agosto) de 1961 aquele que “varreria bandalheira” renunciou. Mais uma vez os golpistas de sempre, as elites oligárquicas, os conspiradores reacionários, o capital internacional dominado pelos Estados Unidos, ficaram com os pelos arrepiados, já que a perspectiva constitucional era a posse do Vice-Presidente da República João Goulart (Jango), que se encontrava em viagem oficial na China.⁵⁷

O susto que abalou as forças conservadoras apontou, como sempre, para mais uma tentativa de golpe. Um golpe sem uso explícito da força, um golpe através do veto militar à posse de Jango. Os acontecimentos daquele momento histórico notável possibilitaram a demonstração da grandeza, da capacidade de luta, do destemor e da virtude do nosso povo e dos trabalhadores que resistiram, através da Campanha da Legalidade, lançada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ganhando as ruas de Porto Alegre para ocupar todo o país e garantir a volta e a posse de Jango.

No período do governo Jango, a luta por transformações sociais ganhou maior destaque e o próprio governo chegou a anunciar as Reformas de Base como políticas públicas que poderiam dar um sentido mais justo e igualitário para a sociedade brasileira.

Enquanto isso se conspirava abertamente e a grande imprensa era uma das vanguardas das forças reacionárias golpistas.

Nas semanas anteriores ao golpe que impôs a primeira das ditaduras militares do Cone Sul da América do Sul, as classes médias e altas encheram as ruas de São Paulo com a “Marcha com Deus e a Família pela Liberdade” contra a “ameaça comunista” que estaria rondando o país. Marcha que foi repetida no Rio de Janeiro já com o golpe vitorioso.

Foi assim que, quase dez anos depois do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, na madrugada de 31 de março para 1º de abril do ano de 1964, tropas do exército, comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho, saíram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, dando início ao levante militar que rompeu com a legalidade e golpeou o Estado Democrático

57 Para que se entenda o que aconteceu é importante notar que a legislação eleitoral da época determinava que as eleições para presidente e vice-presidente da República eram desvinculadas. Assim, os eleitores poderiam votar no candidato à presidência de um partido e no candidato à vice-presidência de outro partido. Foi o que ocorreu nas eleições de 1960. Por um lado, a UDN lançou a chapa Jânio Quadros e Milton Campos. Por outro, o PSD-PTB lançou a chapa Henrique Lott e João Goulart. Por “baixo dos panos”, fora do controle da UDN, PTB e PSD, cresceu a campanha do chamando ao voto “Jan-Jan”, Jânio e Jango. O resultado foi a eleição de um presidente da República com apoio das forças entreguistas e golpistas e um vice com apoio das forças democráticas nacionalistas e da esquerda.

de Direito, derrubando violentamente o governo do Presidente João Goulart (Jango). Foi o início de um longo período de 21 anos de ditadura.

O GOLPE, A DITADURA, O TERROR DE ESTADO E AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Veio o golpe e a trama estava armada, com as tropas de Minas ocupando o Rio de Janeiro e logo após a farsa da sessão realizada no Congresso Nacional quando o presidente do Senado, Auro Moura de Andrade, declarou vaga a presidência da República, pois, segundo ele “o Presidente João Goulart teria abandonado a sede do governo e deixado o país acéfalo”. Na verdade, o presidente Jango estava em Porto Alegre, em território nacional, portanto não havia abandonado o país.

Ainda nos primeiros dias do novo regime iniciou-se a perseguição em massa dos auxiliares do governo anterior, dos membros e parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Comunista Brasileiro, dos outros partidos e organizações de centro-esquerda e esquerda, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), dos sindicatos, das Ligas Camponesas, da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), do Movimento de Cultura Popular (MCP), do Centro Popular de Cultura (CPC). As prisões em massa, as torturas, as primeiras mortes, a censura, o fechamento dos partidos políticos, as cassações de mandatos, foram as primeiras medidas do novo regime. Nos primeiros meses de 1964 mais de 50 mil pessoas foram presas e torturadas, muitos foram mortos, especialmente trabalhadores camponeses, sindicalistas e lideranças populares.⁵⁸ Com as cadeias cheias, muitos foram aprisionados em navios de guerra fundeados na Baía de Guanabara e em estádios de futebol, como é o caso do Estádio Caio Martins, em Niterói, antecipando o terror de Estado realizado nove anos depois no golpe de Pinochet no Chile e a utilização do Estádio Nacional de Santiago como local de torturas execuções.⁵⁹

O golpe representava uma novidade. Não se tratava mais das tradicionais quarteladas da América Latina. Era um movimento político que inaugurou uma nova prática que se estendeu para a Argentina, Uruguai e Chile e que tinha por fundamento a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Um movimento que, além do contexto da guerra fria, se atrelava às necessidades da divisão internacional do trabalho definida pelo processo de acumulação capitalista transnacional. O regime ditatorial implantado pelo golpe militar possibilitou uma política econômica baseada na modernização conservadora, dependente, socialmente excludente, concentradora da riqueza.

E esta característica modernizadora e empresarial foi fundamental para a construção do aparato repressivo (da indústria da morte e do terrorismo de Estado), da nova institucionalidade ditatorial, do aperfeiçoamento das instituições autoritárias, dos serviços de censura, de vigilância, controle, repressão e do aperfeiçoamento das técnicas de contra insurgência, de informação e de investigação. A tortura, as execuções, os maus-tratos e a violência - práticas sempre presentes na nossa história - passaram a ser matéria disciplinar para a formação dos agentes recrutados pela ditadura. Uma cena do filme “*Estado de Sítio*”, de Costa-Gavras e Franco Solinas, mostra uma aula em uma instituição militar no Rio de Janeiro onde um preso

58 Ainda em 1964, nove cidadãos chineses, membros da Representação Comercial da República Popular da China no Brasil, acusados de serem agentes comunistas, foram presos, torturados no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), condenados a dez anos de prisão e, em 1965, expulsos do território nacional.

59 Informações das investigações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

serve de cobaia para que os “alunos” aprendessem as técnicas de tortura. A aula era ministrada pelo agente da CIA, Dan Mitrione (Daniel Anthony Mitrione), posteriormente sequestrado e executado pelos guerrilheiros do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T) em Montevideo, Uruguai, onde se encontrava ministrando o curso de tortura patrocinado pelos Estados Unidos.

O financiamento dos órgãos de repressão vinha dos grandes empresários, com apoio de ministros e autoridades econômicas do regime. A Operação Bandeirantes (OBAN) foi organizada com a arrecadação promovida por autoridades, grandes empresários e banqueiros. Financiaram a dor, a morte o sofrimento, a barbárie. Existe uma relação direta entre a sala de tortura, o “pau de arara”, a “geladeira”, a “cadeira do dragão”, a criação do DOI-CODI, os centros clandestinos de tortura e execução - como a “Casa da Morte” de Petrópolis - e as grandes empresas (aqueles que, em última instância, financiavam e se beneficiavam do modelo de desenvolvimento da ditadura).

O modelo da ditadura brasileira apresentou uma característica fundacional, ampliando o seu espectro por todo o Cone Sul do continente sul-americano, criando a articulação dos órgãos de repressão das ditaduras da região através da Operação Condor. Também aprimorou técnicas e práticas repressivas e políticas de exceção que continuam sendo utilizadas pelos órgãos de controle social penal em plena ordem constitucional democrática, especialmente nas políticas de segurança pública com o alvo nas populações mais pobres e nas áreas periféricas, como também nos processos de criminalização das manifestações públicas e do protesto social. Foi durante o regime militar que se aprofundou a militarização das polícias e se aprimorou as “técnicas” de tortura, execuções e desaparecimento de pessoas, realidade presente nas políticas de segurança pública e no tratamento de conflitos de natureza social.

ANISTIA, CONCILIAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO INCONCLUSA COM JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO TARDIA: O CAMINHO PARA A REPETIÇÃO E O NEOFASCISMO.

O Estado de Exceção é permanente na história do Brasil e se expressa através de práticas institucionais e de práticas sociais que continuam reproduzindo constantemente as violências passadas.

A reflexão contemporânea sobre as violações massivas e sistemáticas de direitos humanos nos remete aos debates sobre o direito à verdade, a memória sobre o passado, as vítimas e a luta por justiça e reparação. Mas também nos revela que falar do passado de violações e das suas vítimas é constatar que o presente está marcado pela continuidade das práticas de violências, pela barbárie e pela produção de novas vítimas. Revela que as políticas de esquecimento e conciliação levaram ao processo de recalque e da continuada repetição das práticas de terror.

As sociedades que não superaram, através dos processos de Justiça de Transição, as políticas de Estado que causam violações sistemáticas e massivas de direitos humanos no decorrer da sua história, impregnaram no seu tecido social e na sua cultura, práticas sociopolíticas que normalizam e naturalizam as violências, o autoritarismo, a exclusão social e a negação dos direitos daqueles que não têm poder.

Existe uma ponte que liga o passado de violências em massa e o presente do capitalismo de barbárie, o necrocapitalismo contemporâneo. As violências de uma sociedade colonial e escravista, as violências de regimes ditatoriais e as violências de uma sociedade capitalista periférica, historicamente desigual e socialmente injusta.

No Brasil, como em outras sociedades latino-americanas, existe um legado histórico que vem de uma arraigada cultura oligárquica que tem por base o pacto colonial, o autoritarismo, o escravismo, o privilégio, a discriminação e desvalorização humana de classes sociais dominadas e amplos segmentos excluídos. E sobre esses segmentos populares o que prevalece é violência por parte das classes dominantes.

Walter Benjamin afirmou que toda violência representa uma forma de injustiça. E tal situação está presente como sombra em toda ordem social, mesmo naquelas consideradas legítimas. Para Benjamin, o autoritarismo e a exceção estão presentes em todas as sociedades contemporâneas. O autor chegou a afirmar que para os oprimidos e as vítimas das violências, o estado de exceção é a regra geral.⁶⁰

O terror e as violências sistemáticas e massivas, embutido nas sociedades consideradas democráticas, revelam a essência das práticas políticas contemporâneas, onde prevalece a lógica política do “campo” (referência ao paradigma de Auschwitz)⁶¹.

No caso brasileiro, os mecanismos da justiça de transição foram sendo conquistados em ritmo extremamente lento, reproduzindo a tradição conciliatória da história política brasileira. Mecanismos como a Comissão de Anistia, Comissão de Mortos e Desaparecidos, Comissão da Verdade foram processos importantes, mas tardios. A Lei 12.528, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV) somente foi promulgada em 18 de novembro de 2011, tendo sido instalada somente em 16 de maio de 2012, mais de 48 anos depois do golpe militar de 1964, cerca de 33 anos após a Lei da Anistia de 1979 e quase 24 anos depois da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Vemos como a nossa democratização foi tardia, principalmente por dar a sensação de que os mecanismos da Justiça de Transição, especialmente a Comissão da Verdade, surgiram já nas vésperas de um novo golpe, o de 2016, que teve seus ensaios no mensalão, nas jornadas de junho de 2013, culminando com o surgimento, organização e ampliação popular de uma extrema-direita de massas com fortes traços fascistas. Sentimos o gostinho amargo de um 7 a 1 político.

Mortes, execuções, desaparecimentos, torturas, prisões, exílio, censura, perseguições, concentração da riqueza nas mãos de poucos, ódio e intolerância fazem parte do legado da ditadura militar. Como já vimos anteriormente, no acervo da herança maldita podemos destacar a militarização das políticas de segurança pública, a inexistência de mecanismos da justiça de transição no processo de democratização, a consolidação de uma característica presente na história brasileira, a prática política do esquecimento como maneira de “virar a página do passado” e “seguir em frente” e a manutenção da tutela militar sobre a vida política nacional.

As Comissões da Verdade - como mecanismos da Justiça de Transição -, juntamente com as organizações de defesa dos direitos humanos, as organizações de familiares de mortos e desaparecidos, movimentos populares, desempenharam um papel importante de ruptura com a lógica da repetição histórica das violações sistemáticas e massivas. Também foram um instrumento importante para revelar os crimes cometidos durante a ditadura militar, apontando os responsáveis por tais atos, identificando as cadeias de comando e as fontes de financiamento empresarial para as práticas do terror de Estado. Nas suas recomendações apresentaram propostas de políticas públicas de não repetição. No entanto, o golpe de 2016 e os governos Temer e Bolsonaro destruíram grande parte destas conquistas.

60 “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 226.

61 Ao se referir ao “campo” como paradigma das práticas políticas modernas trabalha-se com a noção de biopolítica, onde é possível a redução do ser humano à uma condição de “nua vida”, destituído de sua capacidade de ser sujeito de direitos e reduzido às condições do “estado hobbesiano de natureza”. Ver MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz. Atualidade e política*. São Leopoldo, RS: Nova Harmonia, 2005. p. 14 e 15 e p. 73 e segs.

O atual governo do Presidente Lula também se vê preso nas teias da tradição histórica do esquecimento e da conciliação em um processo que eu considero suicida de “fuga pra frente, sem olhar pra trás”.

A ditadura instaurada com golpe militar de 1964 ainda é a principal referência para a reflexão contemporânea sobre a continuidade das violações sistemáticas de direitos humanos, nos remetendo para o campo do direito à verdade, a memória sobre o passado de horror e a luta por justiça e reparação, para que não haja a repetição de tais processos desumanizadores. Revela também que é fundamental enfrentar os processos da Justiça de Transição, para tratar o passado das violações de direitos humanos e das suas vítimas, partindo da constatação de que a sua ausência é o caminho para que o presente esteja marcado pela continuidade das violências, pela barbárie, a produção de novas vítimas e a ameaça de retrocessos como vimos com o golpe de 2016, o governo golpista de Temer e o governo fascistizante de Bolsonaro. A falta dos processos de Justiça de Transição são o caminho para as políticas de esquecimento e conciliação, possibilitando a permanente repetição das políticas de exceção, das práticas de terror e abrindo caminho para os novos fascismos.⁶²

Os retrocessos civilizatórios, com o golpe de 2016 e o revisionismo histórico imposto pelo governo Bolsonaro em relação à ditadura militar e às conquistas das décadas anteriores, recolocam a questão do direito à memória, verdade e justiça como um campo de luta política sobre as narrativas da história brasileira.

Para se construir a paz social, no presente e no futuro, não se pode perder de vista a vigência das injustiças passadas e a atualidade do sofrimento imposto. Também é necessário articular as injustiças e as violências do passado com as graves violações de direitos humanos que se repetem no presente e as ameaças de avanço dos neofascismos em todas as partes do mundo. E são as políticas de memória em relação ao horror do passado que podem contribuir para romper com a lógica das violências que se reproduzem no presente.

Nada temos a comemorar nos dias 31 de março ou 1º de abril. É uma data de (des)comemoração, a ser lembrada para ser rechaçada, uma data para denunciar o horror do passado e lutar contra o horror do presente. Uma data para dar publicidade aos criminosos contra a humanidade, não apenas do período da ditadura, como também não apenas os brasileiros. Uma data de mobilização e luta pelas liberdades democráticas e contra os fascismos contemporâneos. As sociedades democráticas não comemoram o terror, não celebram a barbárie, não festejam a morte, a injustiça e a dor, não glorificam os algozes e os tiranos. Somente personagens políticos antidemocráticos, sociopatas, amorais e antisociais enaltecem torturadores e genocidas, elogiam execuções e perseguições, exaltam, gozam e sentem prazer com o sofrimento e a dor do outro.

O que se impõe é um exercício de memória coletiva, lembrando a nossa história, nossas vítimas, nossas dores e sofrimentos.

UMA BREVE CONCLUSÃO

Os sessenta anos do golpe que deu início à ditadura civil-militar deveriam servir de balanço e reflexão sobre os impasses existentes para uma verdadeira democratização da sociedade brasileira, como também poderia ser um momento importante de luta e mobilização contra o avanço no Brasil e no mundo das diferentes versões das forças neofascistas.⁶³

62 Sobre os fascismos, novos fascismos, neofascismos (no plural), vale a pena a leitura do historiador português Fernando Rosas. Rosas, Fernando. *Salazar e os fascismos*. São Paulo: Editora Tinta-da-China Brasil, 2023.

63 Vale a pena a leitura da entrevista do Professor João Cezar de Castro Rocha, publicada no DCM (Diário

O golpe militar de 1964, no Brasil, representou a instalação de uma nova forma de dominação política que possibilitou o desenvolvimento de um modelo de modernização capitalista dependente e excludente. Além da grande repressão política e ideológica sobre o conjunto da população – atingindo principalmente as classes populares, os militantes de esquerda e as lideranças sindicais e de movimentos sociais -, o regime imposto em 1964 possibilitou a criação das condições e estímulos para a entrada de capitais estrangeiros, com a política de contenção dos níveis salariais (arrocho salarial), de benefício aos grandes oligopólios em detrimento das pequenas e médias empresas, beneficiando o processo de concentração ampliada do capital. Assim, o golpe militar de 1964 acelerou o processo de expansão do capital monopolista, nacional e internacional, adaptando o aparelho de Estado e a superestrutura jurídico-política do país às necessidades da acumulação capitalista internacional. Representou, portanto, um modelo de modernização autoritária do capitalismo brasileiro.

A consolidação do Estado Autoritário teve como consequência a implantação de um modelo econômico dependente e concentrador de renda, atrelado ao capitalismo internacional, excludente e predador das riquezas nacionais. Para a implantação e consolidação deste modelo econômico foi necessária a adequação do aparato jurídico-político do Brasil às necessidades da acumulação ampliada do capital sem qualquer tipo de questionamento. As restrições às liberdades democráticas e a repressão aos movimentos sociais foram a garantia de que o processo de acumulação capitalista internacionalizado poderia seguir a sua marcha sem vozes dissonantes. Para tanto, houve uma intensa concentração do poder e foi desencadeada uma violenta repressão sem precedentes contra qualquer forma de oposição ao modelo econômico e às práticas do regime.⁶⁴

Em grande parte, este aparato repressivo e as práticas terroristas utilizadas pelo regime militar continuaram, após 1985, nas ações policiais contra as populações mais pobres e, principalmente, após 1988, com a nova ordem constitucional do Estado Democrático de Direito.

Assim, o que chama a atenção dos ativistas de direitos humanos, como também da reflexão acadêmica sobre o tema, é que a volta à institucionalidade democrática em meados dos anos de 1980 não significou uma diminuição significativa nas violações sistemáticas e massivas de direitos humanos. Ao contrário, o que se verificou foi um aumento significativo dos casos de violações, principalmente atingindo os contingentes mais pobres e marginalizados da população.

O tecnicismo da violência existente dentro de uma ordem social que admite a desumanização, o extermínio e práticas sistemáticas de desrespeito aos direitos humanos criou uma ética negativa. E é importante notarmos que a ponte que une o passado de violações e a sua continuidade no presente é a que construiu um padrão humano de “vida nua”, segundo Agamben, onde o ser humano não possui qualificativos jurídicos ou institucionais, passando a estar fora da abrangência legal, adotando um novo padrão político cuja regra é o estado de exceção, momento de barbárie. (Agamben, 2004).

Ainda seguindo as reflexões de Walter Benjamin, a construção ética que se deve formar é a da memória e da modificação da forma linear de se entender o processo histórico a fim de evitar que tal barbárie se repita (“Nunca Mais”, como um novo imperativo categórico, segundo Theodor Adorno).

A política de memória, os testemunhos dos que sofreram, a justiça anamnética das vítimas significam a dimensão emancipadora e reparadora através do resgate e conhecimento do Centro do Mundo) em 28 de abril de 2024, em que afirma que o avanço da extrema-direita e da teologia do domínio representa um perigo que poderá levar ao fim de todas as formas de democracia nos próximos 15 anos. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/se-nao-reagirmos-em-15-anos-nao-havera-mais-democracia-no-mundo-diz-pesquisador/>

64 Para uma análise da Ditadura Militar no Brasil e dos seus diferentes períodos é interessante a leitura do livro de Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

passado. Do contrário, o processo de recalque dos traumas do passado passa a ser o motor impulsionador das repetições das graves violações no presente. Através da memória e do testemunho, o que ficou no passado é restaurado ao presente de forma a dar sentido ao vivido e criar as condições de reparação.

O tratamento do passado do regime militar brasileiro exige o não esquecimento das torturas, dos desaparecimentos forçados, das mortes, das perseguições, da censura. Somente com a Justiça de Transição é possível entendermos os limites dos processos de democratização, como de como as políticas de esquecimento e conciliação mantiveram as estruturas institucionais e as práticas sociopolíticas que reproduzem as violências.

O rechaço absoluto aos princípios de direitos humanos, pelas classes dominantes e pela parte fascistizada da sociedade, leva à desumanização não apenas dos transgressores, desviantes e criminosos, mas se estende indefinidamente para o conjunto das classes populares, trabalhadores do campo e da cidade, populações negras, indígenas, quilombolas, população LGBTQIA+ e todos os grupos que se colocam contra o modelo econômico excludente e as políticas autoritárias e repressivas de Estado (não)Democrático de Direito. Enfim, atingem os que não se incluem no modelo colonial, escravista, oligárquico e elitista presente por cinco séculos na nossa história.⁶⁵

Assim, a lógica, o discurso e as práticas de criminalização ampliada se reproduzem, cumprindo o seu papel de regulação social através da exclusão, da repressão, da penalização e das práticas necropolíticas contra os segmentos considerados indesejados. O capitalismo de barbárie, o necrocapitalismo ultraliberal, exige a aplicação de políticas de exclusão, repressão e extermínio dos indesejáveis, aqueles que foram chamados por Zygmunt Bauman de consumidores falhos. (Bauman, 1998; 1999 e 2007)

No Brasil, a realidade permanente de naturalização da violência e da barbárie confirma a afirmação de Walter Benjamin na sua Oitava Tese, para os oprimidos o Estado de exceção é a regra geral. Enquanto em outras partes do mundo o imperativo categórico adorniano do “Nunca Mais” indica a ideia da excepcionalidade da barbárie - como situação pontual na história de uma dada sociedade, em períodos de emergência, de guerra ou autoritários - no Brasil, ao contrário, a barbárie não é uma excepcionalidade, é a regra geral contra os oprimidos e vulneráveis, é estruturalmente constitutiva da nossa sociedade.

O processo de transição democrática no Brasil foi inconcluso e marcado por uma intensa batalha hermenêutica pela significação do passado.⁶⁶ E é essa batalha hermenêutica que tem marcado as práticas políticas em nossa sociedade. É justamente através da desconstrução da versão oficial da história dos vencedores e da recuperação do testemunho das vítimas das violências que será possível a solução desse impasse.

Para se construir a paz social no presente e no futuro, não se pode perder de vista a vigência das injustiças passadas e a atualidade do sofrimento imposto. E é a memória das

65 As imagens em vídeo, amplamente divulgadas nas redes sociais, da festa de celebração dos 94 anos do ex-Presidente José Sarney é uma amostra deste Brasil de 5 séculos que pode ter mudado na forma, mas mantém o seu conteúdo colonial, atrasado, escravista, oligárquico, elitista, conciliador. Sobre as imagens do vídeo, o amigo Professor Luiz Eduardo Melin escreveu e divulgou nas suas redes sociais: *“Baile da Ilha Fiscal: Não um final, mas uma continuação. Do ponto de vista da dinâmica do poder, a diferença entre o Brasil do Segundo Império e o Brasil de hoje é mais de forma do que de fundo. Um dos grandes êxitos da classe dominante brasileira nestes últimos 150 anos é o de ter conseguido manter a estrutura política e de controle da sociedade com um mínimo de alterações ao passo em que transcorriam as mudanças inevitáveis na estrutura econômica e demográfica que o desenvolvimento das forças produtivas gradualmente impôs em todo o mundo ocidental”*.

66 SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil*. In: RUIZ, Castor Bartolomé (org.). *Justiça e Memória: Para uma crítica ética da violência*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2009. p. 128.

vítimas que serve de sinal e condição necessária para romper com a lógica destrutiva do passado de violências que se reproduz no presente.⁶⁷

A ponte da violência que serve de ligação entre o passado de violações de direitos humanos - sistemáticas e massivas - e a presente barbárie que sujeita milhares de brasileiros jovens e pobres às condições de “*nua vida*”, só poderá ser destruída a partir de uma política da memória que reivindique a justiça anamnética, partindo das conclusões e recomendações da Comissão da Verdade, instalada em 16 de maio de 2012 pela Presidenta Dilma Rousseff, do reconhecimento público das responsabilidades pelas violências praticadas e a possibilidade de reparação pelos crimes cometidos pelos agentes do regime militar, como também das violações sistemáticas dos direitos humanos nos governos golpistas de corte neofascista de Temer e Bolsonaro. Somente assim será possível dar fim a uma longa agonia, desconstruindo os discursos fascizantes e desmontando as práticas necropolíticas genocidas adotadas contra a grande massa dos explorados e oprimidos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnico, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FILHO, José Carlos Moreira da Silva. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. In: RUIZ, Castor Bartolomé (org.) *Justiça e memória: Para uma crítica ética da violência*. 1 ed. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz. Atualidade e política*. São Leopoldo, RS: Nova Harmonia, 2005.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismos*. São Paulo: Editora Tinta-da-China Brasil, 2023.
- RUIZ, Castor Bartolomé. *A justiça perante uma crítica ética da violência*. In: RUIZ, Castor Bartolomé (org.) *Justiça e memória: Para uma crítica ética da violência*. 1 ed. Unisinos, 2009.
- TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- ZAMORA, José Antonio. *Th. W. Adorno. Pensar contra a Barbárie*. São Leopoldo, RS: Editora Nova Harmonia, 2008.

67 Ver MATE, Reyes. *Justicia de las Víctimas. Terrorismo, memoria, reconciliación*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2008. p. 9.